

| FRUKI | | BEBIDAS FRUKI S. A. | | RELATÓRIO DA DIRETORIA | | | |
|--|------|-------------------------|--|---|------|----------------|----------------|
| | | CNPJ 87.315.099/0001-07 | | Senhores Acionistas: Atendendo dispositivos legais e estatutários, submetemos à apreciação de V. Sas. as Demonstrações Financeiras relativas ao Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2023, ficando desde já à disposição para quaisquer esclarecimentos julgados necessários. Lajeado (RS), 20 de março de 2024. A Diretoria | | | |
| Demonstrações Contábeis Referentes aos Exercícios Fintos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores em milhares de reais) | | | | | | | |
| Balanco Patrimonial | | | Demonstração do Resultado do Exercício | | | | |
| A T I V O | Nota | 2023 | 2022 | P A S S I V O | Nota | 2023 | 2022 |
| CIRCULANTE | | 224.982 | 169.727 | CIRCULANTE | | 142.789 | 113.370 |
| Caixa e equivalentes de caixa | 5 | 85.711 | 45.493 | Fornecedores | 10 | 72.746 | 61.023 |
| Aplicação financeira | 5 | - | 3.129 | Empréstimos e financiamentos | 11 | 13.221 | 10.529 |
| Clientes | 6 | 80.658 | 66.880 | Obrigações sociais trabalhistas | 11 | 19.250 | 13.421 |
| Estoque | 7 | 39.093 | 32.985 | Obrigações tributárias | 12 | 23.428 | 16.333 |
| Adiantamentos | 1 | 1.704 | 1.362 | Outras contas a pagar | 12 | 4.876 | 6.646 |
| Impostos a recuperar | 8 | 11.253 | 17.385 | Dividendos a pagar | 15 | 9.268 | 5.418 |
| Outros créditos | | 6.563 | 2.493 | NÃO CIRCULANTE | | 155.245 | 36.197 |
| NÃO CIRCULANTE | | 279.035 | 155.815 | Empréstimos e financiamentos | 11 | 147.571 | 27.684 |
| Aplicação financeira | 5 | 255 | - | Provisão de contingências | 13 | 3.003 | 3.628 |
| Depósitos judiciais | 13 | 1.731 | 3.968 | IR e CSLL diferidos | 14 | 4.671 | 4.817 |
| Impostos a recuperar | 8 | 6.348 | 1.164 | Outras contas a pagar | 14 | 4.671 | 68 |
| Investimentos | | 25 | 8 | PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | 205.983 | 175.975 |
| Imobilizado | 9 | 270.545 | 150.544 | Capital social | 16 | 137.207 | 119.887 |
| Intangível | | 131 | 131 | Reservas de incentivo fiscal | | 39.003 | 38.668 |
| TOTAL DO ATIVO | | 504.017 | 325.542 | Reserva de lucros | | 29.773 | 17.420 |
| | | | | TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | 504.017 | 325.542 |

| Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido | | | Demonstração dos Fluxos de Caixa (Método Indireto) | | | |
|---|----------------|-----------------------------|--|------------------------|-------------------|---------|
| | Capital Social | Reserva de Incentivo Fiscal | Reserva Legal | Res. lucros e expansão | Lucros Acumulados | Total |
| Saldo em 31/12/2021 | 96.121 | (200) | 38.182 | 1.742 | - | 158.319 |
| Aumento de capital social | 23.966 | - | - | (1.742) | - | - |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | - | 23.324 | 23.324 |
| Reserva legal | - | - | - | 1.166 | (1.166) | - |
| Reserva de incentivos fiscais | - | - | 486 | - | (486) | - |
| Dividendos adicionais | - | - | - | - | (250) | (250) |
| Dividendos mínimos obrigatórios | - | - | - | - | (5.418) | (5.418) |
| Reserva para expansão | - | - | - | - | 16.254 | 16.254 |
| Saldo em 31/12/2022 | 120.087 | (200) | 38.668 | 1.166 | - | 175.975 |
| Aumento de capital social | 17.320 | - | - | (1.166) | (16.154) | - |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | - | 39.376 | 39.376 |
| Reserva legal | - | - | - | 1.969 | (1.969) | - |
| Reserva de incentivos fiscais | - | - | 335 | - | (335) | - |
| Dividendos adicionais | - | - | - | - | (100) | (100) |
| Dividendos mínimos obrigatórios | - | - | - | - | (9.268) | (9.268) |
| Reserva p/ expansão | - | - | - | - | 27.804 | 27.804 |
| Saldo em 31/12/2023 | 137.407 | (200) | 39.003 | 1.969 | - | 205.983 |

| Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2023 e 2022 (As notas explicativas integram demonstrações contábeis) | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|--|--------------------------|------------------------|------------|-------------------------------|-------------------------------|-----|------------------------|---------------|--------------------------------|--|--------------|---------------|--|----------------|----------------|----------------|---|----------------------|--------------------------|--------|-----|--------------------|---------------|---------------|------------------------------------|---------------|-----------------|-----------------------|------------|----------|-----------------------------|----------|----------|------------|---|-------|--------------------------------------|----------|--------------|
| 1. Informações sobre a Companhia | <p>A Bebidas Fruki S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede à ROD BR 386, KM 346, s/nº, no Bairro Hidráulica em Lajeado - RS, fundada em 29/04/1924, tem como atividade preponderante a fabricação de bebidas, comércio de produtos próprios ou de terceiros; prestação de serviços de industrialização por encomenda, explorando ainda atividades agropastoris.</p> <p>A Administração entende que não houve eventos e transações que tenham impacto relevante na performance operacional que devam ser consideradas em divulgações adicionais de notas explicativas, além daquelas já existentes, também não vislumbra impactos que possam afetar a continuidade das operações e dos negócios.</p> <p>2. Base de preparação das demonstrações financeiras</p> <p>As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância aos pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).</p> <p>As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. Na preparação destas demonstrações financeiras, a Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2023.</p> <p>Não houve mudanças significativas nas políticas contábeis da Companhia em relação às políticas aplicadas na preparação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.</p> <p>As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, análise do valor recuperável líquido dos estoques, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para litígios e garantias.</p> <p>As transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido a imprecisões ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas periodicamente, em um período não superior a um ano.</p> <p>Com o objetivo de obter melhor a apresentação e manter a comparabilidade dos saldos, alguns valores do exercício anterior foram reclassificados para uma melhor comparabilidade. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em reunião realizada em 20 de março de 2024.</p> <p>3. Principais práticas contábeis</p> <p>a) Moeda funcional e conversão de saldos denominados em moeda estrangeira</p> <p>As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. Todas as variações são registradas na demonstração do resultado.</p> <p>b) Caixa e equivalentes de caixa</p> <p>Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos e outros fins. Inclui caixa, saldos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo até 90 dias das datas das transações e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, são classificadas na categoria "ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado".</p> <p>c) Clientes</p> <p>Apresenta os valores a receber de clientes pela venda de produtos no decurso normal das atividades da Companhia, reconhecidas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente quando aplicável. As perdas de crédito esperadas são analisadas e constituídas a partir do valor faturado ao cliente, com base no histórico de inadimplência e análise individual dos clientes.</p> <p>A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos.</p> <p>d) Estoques</p> <p>Os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, que não excede ao seu valor realizável líquido. Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma:</p> <p>Matérias-primas, materiais auxiliares e de manutenção - custo de aquisição segundo o custo médio.</p> <p>Produtos acabados e em elaboração - custo dos materiais e mão de obra direta e uma parcela proporcional das despesas gerais indiretas de fabricação com base na capacidade operacional normal.</p> <p>O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda.</p> <p>As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.</p> <p>e) Imobilizado</p> <p>Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos irão fluir para a sociedade. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.</p> <p>Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.</p> <p>A depreciação é calculada sobre o custo de um ativo e é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada grupo de bens, mencionadas na Nota 9. Terrenos não são depreciados.</p> <p>Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.</p> <p>Em janeiro de 2023 a Companhia revisou a vida útil dos bens integrantes do ativo imobilizado, não apresentando mudanças significativas.</p> <p>f) Arrendamento</p> <p>Ativos de direito de uso</p> <p>A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova mensuração dos passivos de arrendamento.</p> <p>O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.</p> <p>Passivo de arrendamento</p> <p>Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados</p> | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | <p>durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de rescindir a arrendamento.</p> <p>Para calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é mensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.</p> <p>Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor</p> <p>Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.</p> <p>g) Teste de recuperabilidade dos ativos</p> <p>A Administração revisa periodicamente a capacidade de recuperação dos valores registrados no imobilizado e no intangível, com o objetivo de verificar a existência de indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização significativa. Sendo tais evidências identificadas e se o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.</p> <p>O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.</p> <p>h) Recolheimento da receita</p> <p>O CPC 47 - Recolheimento de Contas de Clientes estabelece um modelo que visa evidenciar se os critérios para a contabilização foram ou não satisfeitos. As etapas deste processo compreendem:</p> <p>(i) A identificação do contrato com o cliente;</p> <p>(ii) A identificação das obrigações de desempenho;</p> <p>(iii) A determinação do preço da transação;</p> <p>(iv) A alocação do preço da transação; e</p> <p>(v) O reconhecimento da receita mediante o atendimento da obrigação de desempenho.</p> <p>Considerando os aspectos acima, as receitas são registradas pelo valor que reflete a expectativa que a Companhia tem de receber pela contrapartida dos produtos e serviços oferecidos aos clientes. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre a venda. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:</p> <p>Venda de produtos</p> <p>A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado, quando o controle dos produtos é transferido ao cliente e a Companhia não detém mais controle ou responsabilidade sobre as mercadorias vendidas.</p> <p>Receita de juros</p> <p>Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.</p> <p>Impostos sobre vendas</p> <p>Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:</p> <p>(i) Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;</p> <p>(ii) Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e</p> <p>(iii) O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.</p> <p>As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Impostos e contribuições</th> <th>Sigla</th> <th>Varejistas</th> <th>Aliquotas Distribuidor</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Programa de Integração Social</td> <td>PIS</td> <td>1,65% / 1,86%</td> <td>1,65% / 2,32%</td> </tr> <tr> <td>Contribuição Seguridade Social</td> <td>COFINS</td> <td>7,6% / 8,54%</td> <td>7,6% / 10,68%</td> </tr> <tr> <td>Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços</td> <td>ICMS - interno</td> <td>17,00% até 25%</td> <td>17,00% até 25%</td> </tr> <tr> <td></td> <td>ICMS - interestadual</td> <td>12,00%</td> <td>12,00%</td> </tr> <tr> <td></td> <td>FCP - cerveja (RS)</td> <td>2,00%</td> <td>2,00%</td> </tr> <tr> <td>Impostos s/ Prod. Industrializados</td> <td>IPI</td> <td>0,98% até 2,93%</td> <td>1,30% até 3,90%</td> </tr> </tbody> </table> <p>Nas demonstrações de resultado as receitas são demonstradas pelos valores líquidos dos correspondentes impostos.</p> <p>Imposto de renda e contribuição social - correntes</p> <p>O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 mil no período de 12 meses para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. A despesa com imposto de renda e contribuição social está reconhecida no resultado, pelo regime de competência. Portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.</p> <p>As antecipações em valores possíveis de compensação são demonstradas no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.</p> <p>Imposto de renda e contribuição social - diferidos</p> <p>O imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, exceto quando o imposto diferido ativo ou passivo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal.</p> <p>O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data de balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo o parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.</p> <p>Impostos diferidos são reconhecidos no ativo ou passivo não circulante e são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.</p> <p>l) Instrumentos financeiros</p> <p>Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do</p> | Impostos e contribuições | Sigla | Varejistas | Aliquotas Distribuidor | Programa de Integração Social | PIS | 1,65% / 1,86% | 1,65% / 2,32% | Contribuição Seguridade Social | COFINS | 7,6% / 8,54% | 7,6% / 10,68% | Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços | ICMS - interno | 17,00% até 25% | 17,00% até 25% | | ICMS - interestadual | 12,00% | 12,00% | | FCP - cerveja (RS) | 2,00% | 2,00% | Impostos s/ Prod. Industrializados | IPI | 0,98% até 2,93% | 1,30% até 3,90% | | | | | | | | | | | |
| Impostos e contribuições | Sigla | Varejistas | Aliquotas Distribuidor | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Programa de Integração Social | PIS | 1,65% / 1,86% | 1,65% / 2,32% | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Contribuição Seguridade Social | COFINS | 7,6% / 8,54% | 7,6% / 10,68% | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços | ICMS - interno | 17,00% até 25% | 17,00% até 25% | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | ICMS - interestadual | 12,00% | 12,00% | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | FCP - cerveja (RS) | 2,00% | 2,00% | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Impostos s/ Prod. Industrializados | IPI | 0,98% até 2,93% | 1,30% até 3,90% | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | <p>resultado, quando tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício.</p> <p>Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes. Esses ativos foram classificados nas categorias de ativos financeiros a valor justo por meio de resultado e empréstimos e recebíveis.</p> <p>Os principais passivos financeiros são: contas a pagar a fornecedores, outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos. Esses passivos foram classificados nas categorias de passivos financeiros a valor justo por meio de resultado e empréstimos e financiamentos.</p> <p>Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias de ativos e passivos financeiros: ativo financeiro ou passivo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis, ativos financeiros e disponíveis para a venda.</p> <p>Instrumentos financeiros derivativos</p> <p>A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, como swaps de câmbio e de commodities para proteger-se contra seus riscos de oscilação dos valores. Estes instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e são, subsequentemente, mensurados ao valor justo. Derivativos são registrados como ativos financeiros quando o valor justo é positivo e como passivos financeiros quando o valor justo é negativo.</p> <p>k) Subvenções governamentais</p> <p>Subvenções governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que a entidade cumprirá todas as condições estabelecidas e relacionadas a subvenção e de que os benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro ou por outro meio, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.</p> <p>m) Novas normas de contabilidade</p> <p>Não existem normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Empresa.</p> <p>4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas</p> <p>A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeriam um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.</p> <p>Estimativas e premissas</p> <p>As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são destacadas a seguir:</p> <p>Provisão para créditos de liquidação duvidosa</p> <p>É constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas sobre valores a receber.</p> <p>Provisões para litígios</p> <p>A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.</p> <p>Imposto de renda, contribuição social diferidos</p> <p>O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. O imposto diferido passivo sobre as diferenças temporárias foi calculado com base nas diferenças temporárias.</p> <p>5. Caixa e equivalentes de caixa e aplicação financeira</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2023</th> <th>2022</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Caixa e equivalentes de caixa</td> <td>850</td> <td>866</td> </tr> <tr> <td>Aplicações Financeiras</td> <td>85.116</td> <td>47.756</td> </tr> <tr> <td>Certificado de Depósito Bancário (CDB)</td> <td>42.659</td> <td>44.627</td> </tr> <tr> <td>Fundo de investimentos</td> <td>42.202</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Box Opções</td> <td>-</td> <td>3.129</td> </tr> <tr> <td>Titulos de capitalização</td> <td>-</td> <td>255</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>85.966</td> <td>45.493</td> </tr> <tr> <td>Circulante</td> <td>85.711</td> <td>45.493</td> </tr> <tr> <td>Não Circulante</td> <td>255</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Aplicação financeira</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Box Opções</td> <td>-</td> <td>3.129</td> </tr> <tr> <td>Total de aplicação financeira</td> <td>-</td> <td>3.129</td> </tr> </tbody> </table> <p>Os saldos de caixa e equivalentes de caixa não possuem restrições para uso, têm vencimento original de curto prazo, são de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e não estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.</p> <p>As aplicações financeiras são efetuadas em bancos de primeira linha (assim compreendido entre os 10 maiores instituídos do país), cujos rendimentos são atrelados ao Certificado de Depósito Interbancário - CDI, com rendimento de aproximadamente 102,95% do CDI (99,27% do CDI em 2022).</p> | | 2023 | 2022 | Caixa e equivalentes de caixa | 850 | 866 | Aplicações Financeiras | 85.116 | 47.756 | Certificado de Depósito Bancário (CDB) | 42.659 | 44.627 | Fundo de investimentos | 42.202 | - | Box Opções | - | 3.129 | Titulos de capitalização | - | 255 | Total | 85.966 | 45.493 | Circulante | 85.711 | 45.493 | Não Circulante | 255 | - | Aplicação financeira | - | - | Box Opções | - | 3.129 | Total de aplicação financeira | - | 3.129 |
| | 2023 | 2022 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 850 | 866 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Aplicações Financeiras | 85.116 | 47.756 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Certificado de Depósito Bancário (CDB) | 42.659 | 44.627 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Fundo de investimentos | 42.202 | - | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Box Opções | - | 3.129 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Titulos de capitalização | - | 255 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Total | 85.966 | 45.493 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Circulante | 85.711 | 45.493 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Não Circulante | 255 | - | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Aplicação financeira | - | - | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Box Opções | - | 3.129 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Total de aplicação financeira | - | 3.129 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |

Este documento foi assinado digitalmente por Adair Gilberto Weiss. Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldassinaturas.com.br:443 e utilize o código F6F0-AFBB-320C-A48C.

B E B E B I D A S F R U K I S A . A - CNPJ 87.315.099/0001-07 - Demonstrações Financeiras Encerradas em 31.12.2023 e 31.12.2022

Table with 2 columns: 2023, 2022. Rows include Compositão dos saldos, Mercado interno, Provisão para perda com contas a receber, Vendas faturadas e não entregues, Cheques em cobrança, Vencimentos das duplicatas, A Vencer, Vencidas, Em até 30 dias, De 31 a 60 dias, De 61 a 90 dias, Acima de 91 dias.

A movimentação das provisões está demonstrada a seguir:
Créditos de liquidação duvidosa
Saldo em 31/12/2021
Complemento de provisão
Saldo em 31/12/2022

Table with 2 columns: 2023, 2022. Rows include Nota 7 - Estoques, Matérias primas, Produto em elaboração, Produtos acabados, Mercadorias para revenda, Outros.

Table with 2 columns: 2023, 2022. Rows include Nota 8 - Impostos a Recuperar, ICMS imobilizado, ICMS diversos, IPI, PIS e COFINS, PIS e COFINS s/habilitação, IRPJ a Recuperar, IR e CSLL a recuperar, Outros.

Table with 2 columns: 2023, 2022. Rows include Circulante, Não circulante, Saldo credor de PIS/COFINS e ICMS s imobilizado. O saldo credor de PIS/COFINS e ICMS é preponderantemente sobre os bens do ativo imobilizado da fábrica de Paverama, sendo que valores do curto prazo correspondem às 12 parcelas dos bens que entraram em funcionamento em Dez/23, e no longo prazo, o restante das parcelas e os bens que ainda constam como em andamento no ativo imobilizado.

Processo de ICMS na base de cálculo de PIS e COFINS
Em março de 2016, a Companhia, assessorada por escritório de advocacia, impetrou o mandado de segurança o qual indicava que a inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS, bem como a compensação dos valores indevidamente recolhidos, a partir de fevereiro de 2011. O valor apurado e contabilizado no exercício de 2021 foi de R\$33.788. A compensação do total dos créditos habilitados perante a Receita Federal encerrou-se em abril de 2023.

Processo de crédito de PIS e COFINS sobre despesas de frota própria
Em 2021 a Companhia obteve o trânsito em julgado de processo no qual requeria créditos de PIS e COFINS sobre os valores despendidos com a aquisição de itens essenciais e relevantes para o negócio e contabilizou e habilitou junto a RFB, o montante de R\$ 2.249. A compensação do total dos créditos habilitados perante a Receita Federal foi realizada em janeiro de 2023.

IRPJ e CSLL - Créditos sobre juros Selic
Em 24 de setembro de 2021, o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu por maioria a inconstitucionalidade da incidência do IRPJ e da CSLL sobre os valores atinentes à taxa Selic recebidos em razão de repetição de indébito tributário. A Companhia possui processo análogo, impetrado em 23 de março de 2021, e desta forma, reconheceu à luz do que estabelece o CPC 22 o valor de R\$3.280, os quais estão registrados no ativo não circulante em 2021. Em 28 de agosto de 2022, o processo da Companhia transitou em julgado, tendo o crédito sido habilitado em setembro de 2022. A compensação do total dos créditos habilitados perante a Receita Federal encerrou-se em maio de 2023.

Crédito de PIS e Cofins extemporâneo
Ao longo de 2021, a Companhia realizou revisão tributária buscando créditos de PIS/COFINS sobre despesas enquadradas como essenciais e relevantes para o negócio, com base no julgamento do Resp nº 1.221.170/PR do STF, sob sistemática de repetitivos, sendo reconhecido os créditos extemporâneos do período não prescrito no montante de R\$6.815 no grupo de outras receitas operacionais. A compensação do total dos créditos encerrou-se em março de 2023.

Processo de inconstitucionalidade da incidência de contribuição previdenciária sobre salário maternidade
Em 09 de fevereiro de 2010, a Companhia, assessorada por escritório de advocacia, impetrou ação rescisória alegando a inconstitucionalidade da incidência de contribuição previdenciária patronal sobre o valor correspondente ao salário-maternidade. A referida ação transitou em julgado em 28 de novembro de 2022, sendo contabilizado e realizada a habilitação do crédito perante a Receita Federal em dezembro de 2022, no montante de R\$146. A compensação do total dos créditos habilitados perante a Receita Federal foi realizada em janeiro de 2023.

Processo crédito ICMS sobre ativo de giro
Em setembro de 2017, a Companhia, assessorada por escritório de advocacia, impetrou uma ação ordinária para reconhecer o direito de creditar-se de ICMS sobre as aquisições de bens destinadas ao ativo imobilizado, classificadas como ativos de giro, por serem bens necessários para a comercialização de bebidas e incremento de vendas. A referida ação transitou em julgado em 31 de maio de 2023, reconhecendo o direito da Companhia de recuperar o crédito de 5 anos anteriores e assegurando o crédito futuro. A Companhia elaborou o cálculo, apurando o montante de R\$5.566 (R\$4.078 o valor principal e R\$1.488 de correção monetária, contabilizado como receita financeira). A compensação do crédito apurado ocorreu dentro de 2023.

Processo de frete na base de cálculo de IPI
Em novembro de 2022, a Companhia, assessorada por escritório de advocacia, impetrou o mandado de segurança para reconhecer o direito de excluir os valores relativos aos fretes e demais despesas acessórias da base de cálculo do imposto sobre Produtos Industrializados - IPI. A referida ação, transitou em julgado em 31 de agosto de 2023, sendo reconhecido o direito de excluir da base de cálculo as despesas com frete. A Companhia elaborou o cálculo, apurando o montante de R\$1.167 (R\$987 de principal, contabilizado em outras receitas e de R\$180 de correção monetária, contabilizado como receita financeira).

Table with 2 columns: 2023, 2022. Rows include Nota 9 - Imobilizado, Custo do imobilizado e intangível, Saldo em 2022, Adições, Transferências, Baixas, Saldo em 2023, Saldo em 2022, Adições, Baixas, Saldo em 2023, Saldo em 2022, Saldo em 2023, Vida útil.

Em dezembro de 2023 a nova planta industrial estabelecida em Paverama/RS entrou em funcionamento, visto que as baixas dos investimentos classificados em Construções em Andamento foram reclassificadas em Edificações e Máquinas e Equipamentos. Os saldos das contas Construções em Andamento e Adiantamento a fornecedores referem-se às edificações e máquinas e equipamentos que estão previstos para entrar em funcionamento em fevereiro de 2024 relativos à Fábrica de Paverama. A Empresa revisa e ajusta a vida útil econômica estimada para o cálculo da depreciação. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Empresa não verificou a existência de indicadores de que determinados ativos imobilizados poderiam estar acima do valor recuperável e, conseqüentemente, nenhuma provisão para perda de valor recuperável do ativo imobilizado é necessária.

Table with 2 columns: 2023, 2022. Rows include Nota 10 - Fomecedores, Compositão dos saldos, Fomecedores nacionais, Fomecedores estrangeiros, Total.

Estão demonstrados ao seu valor presente e são obrigações resultantes de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. Os saldos referentes a fornecedores do exterior estão valorizados e ajustados às taxas cambiais do dia do fechamento do balanço.

Table with 2 columns: 2023, 2022. Rows include Nota 11 - Empréstimos e financiamentos, Encargos, Vencimento, FINAME (i), FINAME (ii), BNDES AUT (iii), FUNDOPEM (iii), SPE PJ (iii), PEI (iv), Risco sacado (iv), Arrendamentos, Mercantis.

Circulante
Não circulante
(i) Correspondem a financiamentos para aquisição de ativo fixo, demonstrados pelo valor de contratação, acrescidos pelos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária incorrida. As garantias são os próprios bens financiados.
(ii) A Companhia possui operações junto ao BNDES para investimento em construções.
(iii) A Companhia possui operações junto à Caixa Econômica Federal para investimentos na nova planta industrial.
(iv) A Companhia possui operações junto a FINEP para investimentos na nova planta industrial.
(v) A Companhia começou a operar no ano de 2022 com risco sacado com o Banco Itaú S/A, Banco Sofisa e Daycoval.

Os contratos de empréstimos e financiamentos firmados pela Companhia não possuem cláusulas restritivas (covenants). Em 31 de dezembro, os empréstimos e financiamentos de longo prazo vencem conforme segue:
Vencimento - empréstimos e financiamentos
2023
2022
2024
2025
2026
2027
2028 a 2032
2029 a 2039

Nota 12 - Obrigações tributárias
Imposto de renda e contribuição social
ICMS a pagar
IPI a pagar
CFEM a pagar
ISS a pagar
Pis/COFINS/CSLL retidos
IRRF retido
Impostos s/vendas faturadas e não entregues
Total
Nota 13 - Provisão para litígios e depósito judicial
Com base na opinião dos assessores jurídicos, a Administração da Companhia mantém provisão para riscos contingenciais, de naturezas trabalhistas e cíveis, decorrentes das atividades normais de seus negócios, em montantes considerados suficientes para fazer face a eventuais perdas que possam advir de desfechos desfavoráveis, conforme movimentação demonstrada a seguir:

Table with 3 columns: Saldo em 2022, Adições/Baixas, Saldo em 2023. Rows include Cíveis, Trabalhista, Contingências possíveis, A Companhia é parte em outras discussões, foram consideradas "possíveis" e, portanto, não foram constituídas provisões para perdas. Os processos cíveis e trabalhistas avaliados como perda possível totalizam R\$4.899 (R\$6.381 em 2022).

Depósitos judiciais
A Companhia efetuou depósitos judiciais, exigidos para dar seguimento nos processos, como segue:
Trabalhistas
Tributários
Os depósitos referem-se substancialmente a processos trabalhistas e tributários em que a Companhia optou por entrar com recurso em instância superior para discutir os pedidos julgados procedentes ao reclamante. Os valores tributários com saldo em 31/12/2022 referem-se substancialmente a discussão relacionada ao mandado de segurança impetrado pela Companhia para retenção de parcela do FAP (Fator Acidentário de Prevenção) via depósitos em conta judicial. A Companhia e seus assessores jurídicos, entendiam que existiam violações nos dispositivos legais na alteração do fator de multiplicação da definição do FAP, o qual foi alterado por decreto de lei em 2010, bem como havia o entendimento de que a produção dos efeitos tributários a partir da publicação do decreto de lei, estava sendo evitada de forma inadequada pela Receita Federal. Tal processo transitou em julgado, não dando provimento ao pleito da Companhia, reconhecendo desta forma a constitucionalidade do FAP. A reversão do depósito ocorreu em abril de 2023, sendo baixado o saldo da conta. Em setembro de 2023, a Companhia, assessorada por escritório de advocacia, impetrou mandado de segurança visando garantir a liberação de máquina importada que dependia da concessão de ex-tarifário para isenção do imposto de importação. Para concessão do mandado de segurança, o juiz determinou o pagamento via depósito judicial de R\$349 mil do imposto de importação que incidiria na operação caso não tivesse o benefício. O ex-tarifário foi publicado em novembro de 2023. Foi solicitado via judicial a devolução do depósito efetuado, sendo que a Companhia aguarda deferimento do pedido e reembolso do valor.

Table with 2 columns: 2023, 2022. Rows include Nota 14 - Imposto de renda e contribuição social, Reconciliação entre a despesa de IRPJ e CSLL pela alíquota nominal e pela efetiva.

Lucro contábil antes dos impostos
Alíquota fiscal
Imposto renda/contribuição social alíquotas nominais
Efeito dos impostos sobre:
Despesas não dedutíveis
Diferença de alíquota
Subvenções para investimentos
Inovação tecnológica
PAT
Participação dos administradores
Variação Monetária Selic
Outros
Juros Selic (*)
Imposto de renda e contribuição social no resultado
Alíquota efetiva %
Corrente
Diferido
(*) Refere-se aos créditos de IRPJ e CSLL sobre juros Selic, vide nota 8.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos
A composição do imposto de renda e contribuição social diferidos está demonstrada a seguir:

Table with 3 columns: 31/12/2023, 31/12/2022. Rows include Provisão sobre fretes, Provisão de contingências, Vendas faturadas para entrega futura, Outros, Arrendamento mercantil, Diferença cota depreciação, Total, Diferido passivo.

Nota 15 - Partes relacionadas
Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2023, bem como as transações que influenciam o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, principalmente decorrentes de transações entre a Companhia e suas contrapartes, as quais são realizadas de acordo com condições, tais como prazo de vencimento e preço, determinadas entre as partes, podendo ser diferentes caso fossem realizadas com terceiros. Continua após nota 9

Table with 2 columns: 2023, 2022. Rows include Nota 16 - Patrimônio Líquido, Capital social, Saldo em 31 de dezembro de 2023, Saldo em 31 de dezembro de 2022, Reservas de lucros.

Reserva de retenção de lucros e expansão
Reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido no plano estratégico de longo prazo, conforme o plano de capital aprovado e proposto pelos administradores da Companhia para ser deliberado na Assembleia Geral dos Acionistas, em observância ao artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.
Reserva de incentivos fiscais
A Companhia gozou de incentivos fiscais de ICMS na forma na forma do Programa Integrar/RS de 42,2% (quarenta e dois, virgula dois por cento) sobre o incremental real de ICMS devido pelo estabelecimento, regularmente às operações com mercadorias de produção própria, ficando limitado ao montante investido na nova planta industrial, conforme atestado de comprovação do investimento emitido pela Coordenadoria-Adjunta do Sistema Estadual de Atração e Desenvolvimento de Atividades Produtivas - SEADAP, da Secretaria de Desenvolvimento e Promoção do Investimento - SDPI, no valor total 516.649,11 UIF/RS, e estava limitado pelo período máximo de 08 anos (início em 05/2014 até 10/2021), prorrogado até 08/2022, ficando condicionado ao número não inferior à 121 empregos diretos ao longo do período de apropriação do incentivo e ao alinhamento da base de ICMS incremental de 41.925,24 UIF/RS. O benefício é apropriado mensalmente, somente quando atingido os gatilhos. Em fevereiro/2022 a Companhia faturou o montante total do benefício concedido. O montante de incentivos fiscais apropriado no resultado no grupo de receita de venda, foi de R\$5(R\$486 em 2022).
A partir do ano de 2023 foi concedida concessão de aluguel através do Contrato de Concessão de Incentivo Econômico n.064/2022 da Prefeitura Municipal de Osório, totalizando no ano o montante de R\$335 a título de subvenção.

O estatuto social da Companhia prevê o cálculo do dividendo mínimo obrigatório com base em 25% do lucro líquido ajustado do exercício, após constituições das reservas previstas em lei.
A apuração dos dividendos está demonstrada a seguir:

Table with 2 columns: 2023, 2022. Rows include Lucro líquido, Reserva legal, Subvenção para investimentos, Base de cálculo para dividendos, Dividendos mínimos (25%), Em 26 de abril de 2023 foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, o pagamento de dividendos adicionais sobre o resultado de exercício do ano de 2022 no montante de R\$100. Em 26 de abril de 2023 foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, o pagamento de dividendos sobre o resultado de exercício do ano de 2022 no montante de R\$250.

Table with 2 columns: 2023, 2022. Rows include Nota 17 - Receita Líquida, Vendas brutas de produtos, Contratos de fidelidade, Impostos sobre vendas, Receita de subvenção, Receita líquida.

Nota 18 - Despesas por natureza
O detalhamento da demonstração do resultado por função e natureza é assim demonstrado:
Despesas por função
Custo dos produtos vendidos
Despesas de vendas
Despesas gerais e administrativas
Despesas com vendas
Despesas com pessoal
Despesas com fretes
Despesas com marketing e propaganda
Despesas com serviços de terceiros
Depreciação
Outras despesas
Despesas Gerais e Administrativas
Despesas com pessoal
Despesas com licenciamentos e softwares
Depreciação
Outras despesas
Custos dos Produtos Vendidos
Despesas com pessoal
Depreciação
Gastos gerais de fabricação
Material

Nota 19 - Resultado financeiro
Despesas financeiras
Despesas bancárias
Descontos concedidos
Múltiplas moedas
Variações monetárias passivas
Despesas com IOF
Outras Despesas Financeiras
Descontos obtidos
Juros recebidos ou auferidos
Rendimentos de aplicações
Recita sobre créditos tributários Pis Cofins (vide nota 8)
Variação monetária sobre créditos previdenciários
Variação monetária sobre habilitação créditos IRPJ e CSLL (vide nota 8)
Variação monetária sobre créditos tributários de IPI (vide nota 8)
Variação monetária sobre créditos trib. de ICMS (vide nota 8)
Variações cambial ativa

Resultado financeiro líquido
Nota 20 - Outras receitas (despesas) operacionais
Outras despesas operacionais (vide nota 13)
Outras receitas operacionais
Outras receitas créditos previdenciários (vide nota 8)
Outras receitas créditos tributários Pis Cofins (vide nota 8)
Outras receitas cré. trib. de ICMS s/ativos de giro (vide nota 8)
Outras receitas créditos tributários IPI (vide nota 8)
Outras receitas tributárias

Nota 21 - Gestão de risco financeiro
Fatores de risco financeiro
As atividades da Companhia expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda e risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Administração se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

a) Risco de crédito
O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes do atacado e do varejo, incluindo contas a receber em aberto. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. A política de crédito da Companhia e suas controladas consistem no nível de risco que está disposto a aceitar no curso normal dos seus negócios. A diversificação da sua carteira de recebíveis e a seletividade de seus clientes são os procedimentos adotados para minimizar os problemas de possíveis inadimplências em suas contas a receber.

b) Risco de liquidez
A gestão prudente do risco de liquidez implica a manutenção de caixa suficiente e investimentos de curto prazo, a disponibilidade de financiamento através de um montante adequado de facilidades de crédito e a possibilidade de fechar posições no mercado.
c) Risco de moeda
O resultado das operações da Companhia é afetado pelo fator de risco da taxa de câmbio do dólar norte-americano, devido ao fato que parte das contas a pagar está vinculado a esta moeda. Para minimizar o risco cambial, a Companhia pode contratar instrumentos de hedge derivativos ("swap").

d) Risco de taxas de juros
A Companhia está exposta a riscos relacionados a taxas de juros em função de empréstimos contratados vinculados à TJLP e a Selic. As taxas estão divulgadas na Nota 11.

Nota 22 - Gestão de capital
Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital é o de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Nota 23 - Cobertura de seguros
A Companhia adota política de contratar seguros em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As principais categorias de seguros estão demonstradas a seguir:

Table with 3 columns: Cobertura, Período de vigência, Importância Segurada. Rows include Incêndios vendavais, Danos elétricos, Máquinas equipamentos, edificações e estoques, Lucros cessantes.

Este documento foi assinado digitalmente por Adair Gilberto Weiss. Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código F6F0-AFBB-320C-A48C.

| BEBIDAS FRUKI S.A. - CNPJ 87.315.099/0001-07 - Demonstrações Financeiras Encerradas em 31.12.2023 e 31.12.2022 | | >>>>>>Continuação |
|---|--|--|
| Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis | | |
| <p>Aos Administradores e Acionistas BEBIDAS FRUKI S.A. Lajeado - RS</p> <p>Opinião Examinamos as demonstrações financeiras da Bebidas Fruki S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.</p> <p>Base para Opinião Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.</p> <p>Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada</p> | <p>por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.</p> <p>Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.</p> <p>Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. | <ul style="list-style-type: none"> • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. <p>Porto Alegre, 20 de março de 2024. ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S. CRC SP015199/F Raquel Laguna Zambelli Cerqueira Contadora CRC-RS069287/O-5</p> |
| Aline Eggers Bagatini - Diretora Presidente | Nelson Eggers - Diretor | Júlio Eggers - Diretor |
| | | Ana Júlia Scheibler - Contadora CRC RS 094223/O-8 |

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/F6F0-AFBB-320C-A48C> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: F6F0-AFBB-320C-A48C



Hash do Documento

60AC951493789900B2787BF2B0A6E44B6CE5D462B5C4D5BCB2983F5872EC0084

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 16/04/2024 é(são) :

- Adair Gilberto Weiss (Diretor Executivo) - 693.073.690-20 em
16/04/2024 16:46 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - JORNAL A HORA LTDA -
04.280.850/0001-41

